

Discurso do jornalista Paulo Lott

Solenidade da Medalha Guido de Andrade 2012

“Meu ilustre e querido amigo juiz Bruno Terra, presidente da Amagis, em nome de quem cumprimento todos os demais membros da mesa. Caros e queridos amigos homenageados que, aqui, querem desincumbir-me de uma missão que me foi encarregada pelo desembargador José Fernandes Filho de trazer um abraço ao ministro Carlos Alberto. O desembargador José Fernandes faria questão de estar presente aqui para dar um abraço no ministro Carlos Alberto. Mas todos nós conhecemos o grau de solidariedade do desembargador José Fernandes, que teve de socorrer, neste fim de tarde, um amigo que precisava de seus préstimos.

Vocês podem até nem acreditar, às vezes nem eu acredito, mas um dia eu tive 18 anos de idade, e lá se vai muito tempo. Foi quando eu comecei minha aventura de ligação com a magistratura mineira, e que perdura há quase, ou mais, de 50 anos, e que culmina com esta medalha, hoje tão generosamente a mim outorgada pelos magistrados mineiros.

Eu entrei para a Justiça como escrevente da 1ª Vara Criminal, em 1950, com 18 anos, como eu disse. O Fórum de Belo Horizonte, a Comarca de Belo Horizonte, era desse tamanhinho, tinha apenas quatro juízes, quatro varas, duas criminais e duas cíveis. Eram os integrantes eu, o Marcos Afonso de Souza, ex-presidente da OAB, o ministro Carlos Velloso, presidente do Supremo, e o desembargador Lúcio Urbano, presidente do Tribunal de Justiça. Só eu me desgarrei da carreira jurídica. Lembro-me de como era pequena a Comarca de Belo Horizonte. Os quatro juízes não tinham nem gabinete, eles davam audiência no Salão do Júri, aquele belíssimo prédio na avenida Afonso Pena. Cada juiz em um cantinho, no Salão do Júri, com seu escrevente, suas testemunhas, e quando havia júri não tinha audiência. Se um juiz quisesse fazer um serão, ia para a parte de fora do cartório e ali desempenhava as suas funções de juiz.

Foi nessa sagrada pobreza que a Justiça se desenvolveu e que os grandes nomes do Judiciário afloraram. Eu me lembro bem, que naquele prédio, maravilhoso prédio, da avenida Afonso Pena, no segundo andar, funcionava a 2ª Instância, com não mais do que 10 desembargadores. No primeiro andar, como disse, funcionava a 1ª Instância, com seus quatro juízes, cada um em um cantinho na sala do júri, tudo na mais sagrada e santa humildade. Lembro-me também de que os desembargadores, aquelas figuras notáveis daquela época, chegavam no Tribunal de bonde pela Afonso Pena. Tantos desembargadores maravilhosos.

A Justiça de 1ª Instância, com seus juízes, promotores e escrivães, nem pertencia ao Poder Judiciário, era apenas um apêndice da Secretaria do

Interior, do Departamento de Organização Judiciária. Só o Tribunal de Justiça era Poder Judiciário independente, todos nós, promotores, escrivães, juízes, escreventes, oficiais de justiça éramos subalternos ao secretário do interior, e por lá faziam os concursos, por lá recebíamos nossos salários. Foi nessa época que, convivendo com esta admirável geração de magistrados, que marcaram fundamentalmente minha vida, que eu, durante 60 anos de labuta, na imprensa, no magistério, na política, na administração pública e nos governos sociais, convivi com muita gente, de alto gabarito e de grande personalidade. Mas foram as pessoas da magistratura que me marcaram a vida, me significaram profundamente a vida. Lembro-me, por exemplo, do desembargador Edésio Fernandes, que, não por acaso, dá nome à escola de vocês para se formarem como juízes. Lembro-me da maravilhosa figura do desembargador Edésio Fernandes, sereno, tranquilo, uma sabedoria, uma ciência enorme, mas uma imputação, com a voz baixa, gestos mansos. Dava ordens de orientação, como se estivesse pedindo um favor. Era uma beleza de homem, não esqueço nunca do desembargador Edésio Fernandes. Volto a dizer: vocês magistrados, que estudaram e estudam na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, devem se sentir honrados com nome tão digno.

Todas as figuras admiráveis daqueles dias, o desembargador Vicente de Paula Borges, homem bonito, elegante, pai do desembargador Baía Borges, aqui presente. Era um homem maravilhoso, uma fantástica figura, cientista do Direito, intelectual de primeira qualidade, quase um santo, um homem de fantástica humildade, ministro da eucaristia. O desembargador Vicente de Paula, quando acabava a missa, ia para as vilas pobres de Belo Horizonte distribuir remédios e oração. O desembargador Vicente de Paula Borges um dia me deu de presente um livro que guardo com muito carinho até hoje, um compêndio de literatura brasileira.

Através dos anos conheci muitos outros, o próprio patrono desta medalha, desembargador Guido, meu vizinho, meu amigo querido. O Guido era outro, sereno, humilde, tranquilo, cientista do Direito, trabalhador, uma beleza de homem. Carrego com muito orgulho essa medalha.

A Justiça brasileira, mineira, belo-horizontina deu sagrados exemplos de competência, altivez e grandeza. Lembro-me, por exemplo, de um episódio, em que três ministros do Supremo foram cassados pelo movimento militar. O presidente do supremo, Gonçalves de Souza, mineiro, em um gesto belíssimo, imediatamente renunciou à presidência Supremo Tribunal Federal, requereu a aposentadoria e, contam, em um gesto simbólico de grandeza, pegou as chaves do Supremo e entregou ao sargento da guarda na porta da sede do Tribunal. No mesmo dia, o ministro que o sucedeu, Lafayette Andrada, também imediatamente renunciou à presidência e pediu a aposentadoria. É esse

Supremo Tribunal que, nos dias de hoje, vem dando esse belíssimo exemplo de soberania, de grandeza e altivez.

Lembro-me também, de um episódio que fui testemunha. Estou quase no ambiente forense, prestando um depoimento, cheio de lembranças. Mas me lembro que era repórter do jornal Estado de Minas e três colegas jornalistas, que cobriam o ambiente de crime e violência do Vale do Rio Doce. Um jovem magistrado mineiro, mandado para uma comarca do Vale do Rio Doce resolveu enfrentar uma situação de desigualdade. E meus colegas jornalistas, preocupados com o juiz, me procuraram e disseram: “Ô Paulo, seu amigo juiz está condenado à morte e vai morrer, se você puder ajudá-lo, ajude”. Eu procurei o Tribunal de Justiça, que me tranquilizou, pois já tinham tomado providências de retirarem o juiz daquela comarca. Fiquei, então, tranquilo, mas o juiz, em um raciocínio de altíssima grandeza, se recusou a sair da Comarca. Continuou enfrentando ameaças de morte, com um argumento cartesiano. Ele dizia o seguinte: “Se eu sair da comarca, outro juiz vai morrer no meu lugar e vou carregar o resto da minha vida esse remorso e culpa”. Ele, então, ficou na comarca, e nós procuramos fazer com que ele tirasse pelo menos a esposa da cidade. Aí, quem se recusou foi a esposa. Ela disse assim: “Não, lugar de mulher é ao lado do marido. Eu não saio da cidade”. O juiz enfrentou, botando sua vida em homenagem à Justiça e venceu, mandou para cadeia os mandões, até policiais, pistoleiros, e hoje a cidade é um manto de tranquilidade, em um ambiente de paz e felicidade.

Lembro-me que na entrada daquele belíssimo Tribunal de Justiça da avenida Afonso Pena, existe um brasão, em que diz, em uma expressão em latim: “A paz é obra da Justiça”. E aquele jovem magistrado pôde consagrar a sua vida à paz e à ordem, na cidade de Governador Valadares. Isso é exatamente a consagração dessa expressão: “A paz é obra da Justiça”. Aquele jovem juiz é hoje o desembargador Nelson Missias de Moraes.

Encerro meu depoimento renovando meus agradecimentos à Amagis, ao querido amigo Bruno e a todos os outros amigos da Amagis. Desejo felicidade a todos. Muito obrigado.